



3647 - Trabalho Completo - XXIV Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste - Reunião Científica Regional da ANPEd (2018)
GT09 - Trabalho e Educação

TENSÕES ENTRE TRABALHO E EDUCAÇÃO NAS POLÍTICAS DE DIVERSIFICAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL: ENFOQUE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Victor Varela Ferreira Medeiros de Oliveira - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Maria Goretti Cabral Barbalho - UFRN - Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Analisou-se as tensões entre trabalho e educação na diversificação da educação superior brasileira no século XXI. Relatam-se resultados parciais de uma pesquisa documental e bibliográfica que identificou que a oferta desse nível por meio da educação profissional responde a agenda da classe dominante, mas não a reproduz totalmente, contemplando perspectivas da tríade ensino-pesquisa-extensão e da politécnica. Essa contradição constitui-se refração de um processo mais amplo de lutas de classes.

Palavras-chave: Trabalho e Educação. Educação Superior. Educação Profissional.

Introdução

As relações entre as dimensões sociais trabalho e educação perpassam diversos processos das políticas de educação, trabalho, emprego e renda. Evidenciam-se tensões em múltiplas dessas relações, desencadeadas pela relação de dependência ontológica do complexo da educação com o complexo do trabalho (LUKÁCS, 2013), pelas funções de exploração e alienação que este último assume em sua forma assalariada no capitalismo (MARX, 2011) e pela disputa de interesses hegemônicos do capital e contra-hegemônicos da classe trabalhadora nessas interações, principalmente nos espaços escolares, que, mesmo improdutivos, tendem a reproduzir as contradições da lógica da produtividade capitalista (FRIGOTTO, 1993).

Por um lado, essas implicações, materializadas em reformas educacionais mundializadas, foram pautadas pelo capital internacional, por meio de agências como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e bancos regionais, preocupadas em reduzir custos da manutenção dos serviços públicos (CARNOY, 2003). Por outro lado, o lugar de cada Estado-Nação nas correlações de forças na mundialização, seus governos, as realidades internas peculiares e, principalmente, a capacidade de resistência e luta contra-hegemônica de seus extratos da classe trabalhadora podem diferenciar os níveis de implementação dessas reformas.

Este texto constitui-se como produto parcial da pesquisa intitulada provisoriamente "Trabalho e educação nos projetos político-pedagógicos dos institutos federais em face da diversificação da educação superior: a que(m) servem?". Os resultados aqui expostos partem de uma pesquisa qualitativa, orientada por Marx e outros autores que se dedicaram a explicitar seu método, como Kosik (1976), em um caminho essencialmente histórico. Em relação aos procedimentos de coleta de dados, a pesquisa organizou-se como documental e bibliográfica, analisando, para alcançar seu objetivo, diversos documentos (leis e decretos federais, projeto de lei, cartilha ministerial e micro dados e notas estatísticas Censo da Educação Superior) e produções bibliográficas (artigos científicos e livros) relacionados à temática.

Diversificação da educação superior: novidade ou regresso?

Cabral Neto e Castro (2014), assim como diversos pesquisadores do campo da educação, apresentam a tendência da diversificação da educação superior no Brasil como materialização das políticas de cunho neoliberal, ancoradas nos interesses do capital internacional e nacional a partir da década de 1990. Infere-se, portanto, que a diversificação da educação superior é apresentada como uma nova tendência na história da educação superior brasileira a partir do marco temporal e conjuntural estabelecido.

Em meio a essa caracterização, uma perspectiva alinhada ao discurso oficial avalia essa tendência das políticas para a educação superior como positiva por, entre outras razões, atender às necessidades dos alunos, possibilitar mais condições de acesso, aumentar a mobilidade social, acolher melhor as demandas do mercado de trabalho e da sociedade (BARBALHO, 2011).

Barbalho e Castro (2012, p. 277), "advogando na direção das análises que consideram o processo de diversificação atual negativo", compreendem seu prejuízo à "consolidação de uma identidade acadêmica" a partir de uma "situação dicotômica nos sistemas de educação superior", com "instituições que se preocupam com a formação dos cidadãos em sentido amplo, priorizando, portanto, nos seus currículos, o ensino, a pesquisa e a extensão" e "instituições que são mais operacionais, voltadas apenas para o ensino".

Concordando com essa perspectiva, problematiza-se, de modo dialético, sua generalização.

Partindo-se da análise da história da educação superior no mundo e no Brasil, concorda-se com Souza (2010) que aceitar a extensão ou a pesquisa como algo inerente à Universidade é forçar a análise da história, uma vez que a Universidade já existiu sem essas funções, voltado para o ensino especializado das elites, sem pesquisa ou extensão, o que somente se transforma com a Revolução Industrial no século XVIII.

Segundo Cunha (1986), as primeiras instituições de ensino superior no Brasil, datadas de 1808, eram escolas ou faculdades isoladas, principalmente da área de medicina e militar. Mesmo com o marco histórico de 1822, não houve mudança substancial no formato do sistema de educação superior, nem sua ampliação ou diversificação em relação ao modelo não-universitário, que seguia hegemônico. Até 1920, o Brasil possuía 150 instituições não-universitárias isoladas e apenas 2 universidades, a do Rio de Janeiro e a do Paraná (MARTINS, 2002). O período da década de 1940 a 1960 foi palco de luta do movimento estudantil e de professores contra os interesses do capital na defesa do "ensino público, do modelo de universidade em oposição às escolas isoladas e na reivindicação da eliminação do setor privado por absorção pública" (MARTINS, 2002, p. 5). Esse tensionamento permeou a discussão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, aprovada pelo Congresso em 1961, que de maneira distinta da reforma de 1931, não postulou que o ensino superior deveria organizar-se preferencialmente em universidades, perpetuando a diversidade e a diversificação institucional.

Acompanha-se Maciel (2017) na compreensão de que o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão da universidade

brasileira, inserido na Constituição Federal apenas em 1988, foi conquista de legítimas lutas dos trabalhadores da educação superior, do movimento estudantil e social, os quais buscavam disputar uma proposta alternativa de universidade, com compromisso e qualidade social.

Não obstante, a educação superior universitária, pautada na indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão, a depender das concepções curriculares e práxis educativas, pode conduzir a uma itinerário formativo tecnicista que se afaste da “formação dos cidadãos em sentido amplo”, por estar a serviço da reprodução social da exploração e alienação da classe trabalhadora pelo capital, sob a égide do compromisso supostamente “neutro” com os motores do desenvolvimento científico, tecnológico e econômico regional.

A educação profissional como enfoque na diversificação da educação superior

A recorrência às instituições de educação profissional como estratégia de diversificação da educação superior brasileira não é um fenômeno que começa no século XXI. A Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, que transformou as escolas técnicas federais de Minas Gerais, Paraná e Rio de Janeiro em Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet) incluiu o grau superior nas possibilidades de cursos ofertados por essas instituições.

Não obstante, os dados estatísticos do Censo da Educação Superior evidenciam o maior crescimento dessa modalidade na oferta do nível terciário entre 2006 e 2016 (INSTITUTO NACIONAL... 2018), principalmente em razão da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a partir da Lei n.º 11.249, de 23 de dezembro de 2005, e da reconfiguração dessa rede, com a criação e implantação dos institutos federais a partir da Lei nº 11.89, de 29 de dezembro de 2008.

Sem se restringir a institutos federais e Cefets, mas diversificando sua presença em universidades, centros universitários e faculdades, os cursos superiores de tecnologia, típicos da educação profissional de nível tecnológico (BRASIL, 2012), passaram por um crescimento em número de matrículas de 346%, entre 2006 e 2016, também significativamente superior à variação de crescimento dos demais graus acadêmicos de licenciatura (148%) e bacharelado (175%).

Adentrando a análise qualitativa, não se pode, de modo apriorista, afirmar que os institutos federais são mais operacionais, voltados apenas para o ensino e o mercado de trabalho. Para Saviani (1997), a experiência exitosa das antigas escolas técnicas federais, das quais derivam os institutos, evidencia perspectivas de superação da dualidade educacional e germens de uma educação politécnica. No campo do discurso oficial, reivindica-se para os institutos federais a preparação para o trabalho “sem deixar de firmar o seu sentido ontológico” (BRASIL, 2008a, p. 28) e de tomar “o trabalho como princípio educativo” (BRASIL, 2008a, p. 35). Pacheco (2015), nessa linha, caracteriza os fundamentos político-pedagógicos dos Institutos e, por extensão, suas concepções de trabalho e educação, como transformadores, politécnicos, inclusivos, emancipatórios e, por vezes, revolucionários.

É fato que o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão não foi instituído legalmente para os institutos em sua lei de criação, mas inseriram-se os termos “ciência” na nomenclatura da nova institucionalidade e “científica”, no nome de sua Rede, que passou a nominar-se, apenas em 2008, Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Ademais, as dimensões ensino, pesquisa e extensão podem ser verificadas nas finalidades, características e objetivos legais dos institutos (BRASIL, 2008b). Observando dados ministeriais de 2016, cerca de 10 mil projetos de pesquisa e 6 mil projetos de extensão foram desenvolvidos pelos institutos federais (BRASIL, 2016). Em contraposição, Otranto e Paiva (2016) relativizam esse cenário a partir de estudos no Instituto Federal do Rio de Janeiro (IFRJ), Instituto Federal Fluminense (IFF) e Instituto Federal de São Paulo (IFSP), que indicam que há mais dificuldade nessas instituições que nas universidades para implementar o tripé ensino-pesquisa-extensão. Evidencia-se, portanto, que, não há uma realidade dada ou única nos institutos federais.

Otranto e Paiva (2016), quando analisam que a expansão e a diversificação institucional da educação superior a partir da atuação dos institutos federais, afirmam que o processo têm origem na gerência de diversas forças internacionais da mundialização, com destaque para o Banco Mundial, implicado tanto com esses processos quanto com a formação de professores com foco em uma educação subordinada aos interesses e demandas do capital. Contudo, a análise dos documentos legais e norteadores da criação dos institutos, que apontam para uma formação com características para além o ensino e do mercado do trabalho, e a análise exploratória dos boletins do Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe) evidenciam reivindicações que mais tarde se materializariam na nova institucionalidade, sinalizando que esse processo também foi resultado de demandas dos trabalhadores da educação (SINDICATO NACIONAL..., 2018).

Considerações Finais

Constatou-se que a diversificação é um processo que acompanha a história da educação superior no mundo e no Brasil, desde sua gênese. A criação e a implementação das políticas educacionais são marcadas por disputas entre os que detêm os meios de produção, o sistema financeiro face aos movimentos contra hegemônicos da “classe-que-vive-do-trabalho”, especialmente a partir de suas organizações classistas. Esse movimento provoca tensões nas interrelações das dimensões trabalho e educação, que repercutem nas políticas, projetos e práxis educativas, configurando-se como refração de um processo mais amplo de lutas de classes. Essas tensões e contradições entre capital, trabalho e educação não são exclusividade da diversificação da educação superior a partir da educação profissional e estão presentes nas próprias universidades federais, inseridas na totalidade e no processo de reprodução metabólica do capital.

Referências

BARBALHO, Maria Goretti Cabral. A diversificação institucional: nova construção da identidade acadêmica das instituições de ensino superior. In: XXV Simpósio Brasileiro e II Congresso Ibero-Americano Política e Administração da Educação, 2011, São Paulo. **Cadernos ANPAE**, 2011.

BARBALHO, Maria Goretti Cabral; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. A nova arquitetura do ensino superior: a expansão e a diversificação no período pós-LDB (1995-2006). In: Alda Maria Duarte Araújo Castro; Magna França. (Org.). **Política Educacional: contextos e perspectivas da educação brasileira**. 1ªed. Brasília: Liber Livro Editora, 2012, v., p. 7-316.

BRASIL. Resolução CNE/CP 03/2002, aprovada em 18 de dezembro de 2002c. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. **Diário Oficial da União**. Brasília/DF, 23 de dezembro de 2002. Seção 1, p. 162.

_____. Ministério da Educação. **Concepção e diretrizes**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: Setec, jun. 2008a.

_____. Presidência da República. **Projeto de Lei 3775/2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2008c.

_____. Ministério da Educação. **Institutos Federais completam oito anos nesta quinta-feira**. Brasília: Setec, 2016. Disponível em:

<<http://redefederal.mec.gov.br> > Acesso em: 02 de out. 2016.

CABRAL NETO, A.; CASTRO, A. M. A. Educação Superior no Brasil: os contraditórios caminhos da expansão pós-LDB. In: Iria Brzezinski. (Org.). **LDB/1996 contemporânea contradições, tensões, compromissos**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2014, v. 1, p. 256-285.

CARNOY, Martin. **Mundialização e reforma da educação**: o que os planejadores devem saber. Trad. por Guilherme João de Freitas Teixeira. Brasília: Unesco Brasil, IPE, 2003.

CUNHA, L. A. **A universidade temporã**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1986

FRIGOTTO, Gaudêncio. **A produtividade da escola improdutiva**. São Paulo: Cortez, 1993.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Microdados do Censo da Educação Superior**. Brasília, 2018.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. 2ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 1976.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACIEL, Alderlândia da Silva. **A Universidade e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão** utopia ou realidade. Rio Branco: Edufac, 2017.

MARX, Karl. **O Capital**: crítica da economia política: livro I, v. 1. Trad. Reginaldo Sant'Anna. – 29a ed. – Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2011.

MARTINS, A. C. P. Ensino superior no Brasil: da descoberta aos dias atuais. **Acta Cirúrgica Brasileira**, São Paulo, v. 17, n. Supl. 3, p. 4-6, 2002.

OTRANTO, Celia R.; PAIVA, Liz D. C. Educação Superior: financiamento e Diversificação Institucional. **Rev. Trabalho, Política e Sociedade**, Vol. I, nº 01, p. 95-118, Jul.-Dez./2016.

PACHECO, Eliezer. **Fundamentos Político-Pedagógicos dos Institutos Federais**: diretrizes para uma educação profissional e tecnológica transformadora. Natal: Editora do IFRN, 2015.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação**. LDB, limite, trajetória e perspectivas. São Paulo: Autores Associados, 1997.

SINDICATO NACIONAL DOS SERVIDORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA, PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA. **Boletins 2008**. Disponível em: < www.sinasefe.org.br > Acesso em: 20 jun. 2018.

SOUSA, Ana Luiza L. **A história da extensão universitária**. Campinas, SP: Editora Alinea, 2010.